



MANIFESTO PELA RESPONSABILIDADE FISCAL E CONTRA A ESCALADA TRIBUTÁRIA: O BRASIL EXIGE MAIS EFICIÊNCIA

À Sociedade Brasileira,

A Coalizão das Frentes Parlamentares que representam o setor produtivo brasileiro, une-se neste manifesto para expressar nossa **mais veemente indignação e profunda preocupação com as recentes medidas fiscais propostas pelo Governo Federal**, em especial o acordo costurado em torno da "recalibragem" do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). **Tais ações estão longe da real solução do problema que passa pela inadiável redução da máquina pública com sustentabilidade fiscal** e aprofundam a asfixia econômica que já compromete a capacidade de investimento, a geração de empregos e a competitividade do nosso país.

Diante dessa inação do governo federal, cabe a nós, o Parlamento brasileiro, **assumir a responsabilidade de exigir, cobrar e fiscalizar a conduta de um Estado realmente eficiente**, bem como construir, através da democracia, uma solução que traga real saúde financeira para o Brasil e seus cidadãos.

O Brasil, e em particular seu setor produtivo, **encontra-se exaurido por uma carga tributária que não para de crescer, posicionando-nos entre os países com maior peso fiscal do mundo em relação ao PIB, sem a contrapartida de serviços públicos de qualidade**. A cada dia, somos confrontados com a triste realidade de que o Estado brasileiro, em vez de se modernizar, otimizar seus processos e reduzir seu custo operacional, insiste em buscar soluções fáceis e imediatistas para seus desequilíbrios fiscais: **o aumento de impostos**. Essa lógica perversa desestimula a iniciativa privada e empurra a economia para a informalidade.

A proposta inicial de elevação do IOF, que visava arrecadar bilhões às custas do cidadão e da empresa, já era inaceitável, pois o IOF incide sobre operações essenciais do dia a dia econômico, como crédito, câmbio e seguros, elevando o custo de capital e as transações financeiras para todos. Contudo, o acordo que emergiu das negociações com o Executivo, e que contou com a anuência das lideranças partidárias do Congresso Nacional, **longe de representar um avanço em direção à responsabilidade fiscal**, é um atestado da persistência de uma lógica equivocada: a de que o problema fiscal se resolve com mais tributos, e não com a redução do tamanho e do custo da máquina pública.

Não nos iludamos: **a "recalibragem" do IOF não é um alívio, mas uma manobra para disfarçar a continuidade da escalada tributária**. As medidas compensatórias propostas – o fim da isenção de Imposto de Renda para Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), o aumento da tributação sobre apostas esportivas, a padronização tributária do sistema financeiro e



o possível aumento do IR sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) – **são, em sua essência, novos impostos ou o aumento de impostos já existentes.**

É inadmissível que, em um país que clama por desburocratização, segurança jurídica e um ambiente de negócios mais favorável, o governo responda com mais entraves e custos. **O fim da isenção de LCI e LCA** penaliza diretamente o pequeno e médio investidor, que busca alternativas de renda fixa para proteger suas economias, e desincentiva o financiamento de setores vitais como o agronegócio e a construção civil, elevando o custo de moradia e dos alimentos. O aumento da tributação sobre o setor financeiro, por sua vez, impacta a oferta e o custo do crédito para empresas e consumidores. **E o possível aumento do IR sobre JCP**, uma ferramenta de planejamento financeiro corporativo que incentiva a capitalização das empresas e a retenção de lucros para reinvestimento, encarece o capital próprio, reduz a atratividade de investimentos e afeta diretamente a competitividade das nossas empresas no cenário global.

A estatística é alarmante e inegável: desde janeiro de 2023, **o atual governo aumentou ou criou impostos por pelo menos 24 vezes. Isso significa uma média de um novo aumento de impostos a cada 37 dias!** Essa é uma política fiscal insustentável, que mina a previsibilidade econômica, asfixia a produção, inibe o investimento de longo prazo, freia a geração de empregos formais e, em última instância, empobrece a população ao reduzir seu poder de compra e suas oportunidades.

O setor produtivo não aguenta mais. Não podemos continuar a ser a fonte inesgotável para cobrir a ineficiência e o gigantismo do Estado. A verdadeira solução para o desequilíbrio fiscal não reside em arrancar mais recursos da sociedade, mas sim em uma reforma profunda e corajosa do Estado brasileiro, focada na gestão eficiente dos recursos públicos e na eliminação de desperdícios.

Exigimos, de forma contundente e uníssona:

O FIM DA POLÍTICA DE AUMENTO DE IMPOSTOS: Chega de novas cargas tributárias. O Brasil precisa de estabilidade e previsibilidade fiscal para crescer, com foco na simplificação tributária e na desoneração da produção e do consumo.

REDUÇÃO IMEDIATA E SUBSTANCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS: É imperativo que o governo demonstre compromisso real com o corte de despesas, a revisão de privilégios e a otimização da máquina pública. A redução de gastos tributários é um passo, mas não pode ser a única medida. Precisamos de cortes estruturais na despesa primária, eliminando programas ineficazes e redundâncias.

REFORMA ADMINISTRATIVA URGENTE: O Estado brasileiro é caro, burocrático e ineficaz. Uma reforma administrativa que promova a meritocracia, a desburocratização, a digitalização dos serviços e a racionalização do quadro de pessoal



é fundamental para garantir a sustentabilidade das contas públicas a longo prazo e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

FOCO NA EFICIÊNCIA E NA DESBUROCRATIZAÇÃO: O governo deve se concentrar em criar um ambiente favorável ao empreendedorismo, à inovação e ao investimento, em vez de impor mais barreiras e custos. Isso inclui a simplificação de processos para abertura e fechamento de empresas, a redução de exigências regulatórias e a garantia de segurança jurídica.

Ademais, é com preocupação que observamos a postura das lideranças partidárias do Congresso Nacional diante deste avanço fiscal do governo federal sobre os contribuintes. A ausência de uma resistência firme não reflete, necessariamente, o consenso dos parlamentares brasileiros, muitos dos quais compartilham de nossa indignação e profunda preocupação com o rumo das políticas fiscais adotadas. **Conclamamos a todos os parlamentares a ouvirem as demandas da sociedade e a agirem em defesa do setor produtivo e do contribuinte.**

Este manifesto é um grito de alerta do setor que gera riqueza, empregos e oportunidades para milhões de brasileiros. **Não aceitaremos que a conta da irresponsabilidade fiscal continue a ser paga por aqueles que produzem.** Estamos unidos e determinados a lutar por um Brasil com menos impostos, menos burocracia e um Estado que sirva à sociedade, e não o contrário, construindo um futuro de prosperidade e desenvolvimento sustentável.

O momento exige coragem para cortar na própria carne, e não para espremer ainda mais o contribuinte.

